

**VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO  
ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.  
– em recuperação judicial**

Demonstrações financeiras  
referentes ao exercício findo em  
31 de dezembro de 2021

## Índice

1.	INFORMAÇÕES GERAIS.....	8
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
3.	IMOBILIZADO.....	11
4.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	13
5.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
6.	DESPESAS.....	14
7.	RESULTADO FINANCEIRO.....	14
8.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
9.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	15
10.	ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA.....	16
11.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	17
12.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	17

VENTOS DE SÃO CRISTOVÃO ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Ativos classificados como mantidos para venda	10	861.497	604.092	Fornecedores		6.962	3.759
				Tributos a recolher		216	10.269
						<u>7.178</u>	<u>14.028</u>
				Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	10	672.041	612.910
				Total do passivo circulante		<u>679.219</u>	<u>626.938</u>
				NÃO CIRCULANTE			
				Partes relacionadas	4	-	683.098
				Total do passivo não circulante		-	683.098
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
				Capital social		16.234.511	15.458.155
				Recursos para futuro aumento de capital		258.052	-
				Prejuízos acumulados		<u>(16.310.285)</u>	<u>(16.164.099)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>182.278</u>	<u>(705.944)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>861.497</u>	<u>604.092</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>861.497</u>	<u>604.092</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(34.708)	(63.023)
Amortizações		-	(138.090)
Total	6	(34.708)	(201.113)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	7	(111.478)	(79.408)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(146.186)</u>	<u>(280.521)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído	5.4	(0,01)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(146.186)	(280.521)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(146.186)</u>	<u>(280.521)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Recursos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido negativo</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		15.466.565	(8.410)	-	(15.883.578)	(425.423)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(280.521)	(280.521)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		15.466.565	(8.410)	-	(16.164.099)	(705.944)
Integralização de capital		-	8.410	-	-	8.410
Aumento de capital	5.2 e 5.3	683.098	-	-	-	683.098
Recursos para futuro aumento de capital	5.3	-	-	342.900	-	342.900
Capitalização dos recursos para futuro aumento de capital	5.2 e 5.3	84.848	-	(84.848)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(146.186)	(146.186)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	5	<u>16.234.511</u>	<u>-</u>	<u>258.052</u>	<u>(16.310.285)</u>	<u>182.278</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020  
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(146.186)	(280.521)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Amortizações	3	-	138.090
Juros sobre fornecedores e impostos		2.546	(1.543)
Juros sobre obrigação de arrendamento		108.932	80.951
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		657	4.161
Impostos a recolher		(10.053)	5.828
 Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(44.104)</u>	<u>(53.034)</u>
 <b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Integralização de capital		8.410	-
Recursos para futuro aumento de capital	5.3	342.900	-
Partes relacionadas	4	-	282.138
Pagamento de passivo de arrendamento		<u>(307.206)</u>	<u>(229.104)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>44.104</u>	<u>53.034</u>
 <b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>-</u>
 Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-
 <b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Em reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A. – em recuperação judicial (“Companhia”), com sede na Cidade de Pindaí, Estado da Bahia, na Rua 7 de Setembro, 77, Centro, foi constituída em 15 de março de 2013 e tem como objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. – em recuperação judicial (“Bela Vista XIV”), que é controlada direta da Renova Energia S.A – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), holding final do “Grupo Renova”.

1.1. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas, incluindo a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a controladora indireta Renova Energia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, que inclui a Companhia e um segundo plano contemplando a controladora indireta Renova Energia e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Com o objetivo de recuperar a saúde financeira do Grupo Renova durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram executadas as seguintes ações previstas nos planos:

- i) captação do empréstimo ponte na modalidade *Debtor in Possession* (“DIP”) para finalização das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III –Fase A., no valor de R\$ 350.000;
- ii) alienação dos ativos UPI Fase B e UPI Brasil PCH,
- iii) alienação das UPI Enerbras e UPI Cordilheira dos Ventos, finalizadas em junho e julho de 2022, respectivamente (nota 12.2);

- iv) quitação do empréstimo DIP, pagamento de credores concursais e extraconcursais e consequente redução do endividamento do Grupo Renova com os recursos recebidos na alienação da UPI Brasil PCH;
- v) retomada das obras para conclusão dos parques do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A. Até a data de emissão desse relatório todos os 26 parques do Grupo Renova já estavam em operação comercial.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com o Plano de recuperação judicial propriamente dito.

## 1.2. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$146.186 (2020, R\$280.521) e possui prejuízos acumulados de R\$16.310.285 (2020, R\$16.164.099).

O plano de recuperação judicial, permitiu a celebração de acordos para equacionar o passivo da Companhia, com a repactuação das taxas de juros e alongando os prazos para quitação da dívida.

A recuperação judicial faz parte da reestruturação do Grupo Renova e tem por objetivo recuperar a saúde financeira, bem como preparar uma base sólida para os próximos anos, com foco na rentabilidade dos negócios do Grupo Renova. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

## 1.3. COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A pandemia do COVID-19 impactou negativamente os diversos setores da economia, e consequentemente, a demanda por energia no Brasil, e continua a representar um obstáculo à retomada mais forte da atividade econômica.

A Companhia, cercada de todos os cuidados necessários, retomou a construção do seu parque eólico que gerará energia para atender ao mercado livre.

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia revisou suas atividades e projeções, de forma a identificar os possíveis impactos do COVID-19 nas suas atividades. Foram analisados temas como: i) variação de indicadores macroeconômicos, e ii) redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Dentro deste cenário a Companhia, em conjunto com a sua controladora, não tem expectativa de impactos da COVID-19 no processo de recuperação judicial, em especial na conclusão dos parques eólicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não foram observados efeitos relevantes decorrentes do COVID-19 nas operações da Companhia.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora, implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: criação de protocolos de prevenção, restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em reais foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2022.

### 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

##### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia classifica nessa categoria o caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores; e
- Transações com partes relacionadas (nota 4).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

2.3.2 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3. IMOBILIZADO

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 10)	Saldos em 31/12/2021
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	15.241.845	-	-	15.241.845
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(15.241.845)	-	-	(15.241.845)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento (-) Amortização contratos de arrendamento	-	257.405	(257.405)	-
Total direito em uso	-	-	(257.405)	-
Total do imobilizado	-	-	(257.405)	-

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferência ativos mantidos para venda (nota 10)	Saldos em 31/12/2020
Imobilizado em curso				
Geração				
A ratear	15.241.845	-	-	15.241.845
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(15.241.845)	-	-	(15.241.845)
Total do imobilizado em curso	-	-	-	-
Direito de uso				
Contratos de arrendamento	509.922	359.740	(869.662)	-
(-) Amortização contratos de arrendamento	(127.480)	(138.090)	265.570	-
Total direito em uso	382.442	221.650	(604.092)	-
Total do imobilizado	382.442	221.650	(604.092)	-

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a gastos iniciais com o desenvolvimento do projeto.

A Companhia mantém a provisão para perda por redução ao valor recuperável anteriormente constituída, no montante de R\$15.241.845, considerando que não há expectativa de realização para o investimento realizado.

### 3.1 Direito de uso – Arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia identificou 64 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	31/12/2021		31/12/2021
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	286.650
Direito de uso do ativo arrendado	1.127.067	(-) Juros a apropriar	(77.699)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(265.570)	Total do passivo circulante	208.951
	861.497	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	589.102
		(-) Juros a apropriar	(126.012)
		Total do passivo não circulante	463.090
Transferência para ativos mantidos para venda	(861.497)	Transferência para passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	(672.041)
Ativo total	-	Passivo total	-

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 15,66% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	108.932

Em 31 de dezembro de 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2023	(46.879)	288.120
2024	(22.416)	138.699
2025	(13.354)	23.183
2026	(11.975)	23.183
2027	(10.493)	23.183
2028 a 2033	(20.895)	92.734
Total	<u>(126.012)</u>	<u>589.102</u>

#### 4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2020</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	683.098

Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela controladora Bela Vista XIV na Companhia (2020, R\$282.138), cuja capitalização ocorreu em 22 de março de 2021.

#### 5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### 5.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$16.234.511 (2020, R\$15.458.155) e está dividido em 16.234.511 (2020, 15.466.565) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

##### 5.2 Aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou dois aumentos de capital:

- a. Em 22 de março de 2021, aumento de capital no montante de R\$671.872, mediante a emissão de 671.872 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.
- b. Em 06 de maio de 2021, aumento de capital no montante de R\$96.074, mediante a emissão de 96.074 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital.

### 5.3 Recursos para futuro aumento de capital

Recursos aportados pela controladora Bela Vista XIV, no montante de R\$342.900, dos quais R\$84.848 foram capitalizados em 2021 e o saldo restante, R\$258.052, será capitalizado até a assembleia de acionistas que aprovará as contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 5.4 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do prejuízo básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(146.186)	(280.521)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis	<u>16.052.245</u>	<u>15.466.565</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,01)</u>	<u>(0,02)</u>

## 6. DESPESAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	(17.991)	-
Impostos e taxas	<u>(16.717)</u>	<u>(63.023)</u>
Total	<u>(34.708)</u>	<u>(63.023)</u>
Amortizações (nota 3)	-	(138.090)
Total	<u>(34.708)</u>	<u>(201.113)</u>

## 7. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre fornecedores e impostos <sup>1</sup>	(2.546)	1.543
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>(108.932)</u>	<u>(80.951)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(111.478)</u>	<u>(79.408)</u>

Nota 1: Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reverteu juros provisionados sobre tributos para os quais não há expectativa de realização.

## 8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo fiscal do exercício	(344.468)	(280.521)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	<u>(907.811)</u>	<u>(627.290)</u>
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(1.252.279)</u>	<u>(907.811)</u>

## 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

### a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	<u>Valor justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	6.962	3.759	6.962	3.759
Não circulante				
Partes relacionadas	-	683.098	-	683.098

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos Financeiros		
Circulante		
Fornecedores	6.962	3.759
Não circulante		
Partes Relacionadas	-	683.098

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 18 de dezembro de 2020 o plano de recuperação judicial da Companhia foi aprovado, permitindo alinhar a capacidade de pagamento das dívidas à geração de recursos, conforme apresentado na nota explicativa 1.1. Assim a Administração entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida nota explicativa, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

10. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

Conforme mencionado na nota 1.1, os planos de recuperação judicial preveem a alienação de alguns projetos em desenvolvimento. Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia classificou determinados ativos e passivos, como ativos mantidos para venda e passivo diretamente associados a ativos mantidos para a venda.

<u>Ativos classificados como mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direto de uso arrendamento	<u>861.497</u>	<u>604.092</u>
<u>Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Arrendamentos a pagar	<u>672.041</u>	<u>612.910</u>

## 11. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - Arrendamento	3	257.405	359.740
Capitalização de recursos para futuro aumento de capital	5.2 e 5.3	683.098	-

## 12. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 12.1 Mudança da composição do controle da controladora indireta Renova Energia

#### 12.1.1 CEMIG GT

Em 06 de maio de 2022, Cemig GT e a sua controladora indireta CEMIG, divulgaram Fato Relevante informando a conclusão, em 05 de maio de 2022, da alienação da totalidade de sua participação societária detida no capital social da Renova Energia, e a cessão de forma onerosa da totalidade de seus créditos detidos em face da controlada Renova Comercializadora, pelo valor total de R\$ 60.000 com o AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado e gerido pela Mantiq Investimentos Ltda. (gestora do grupo Angra Partners).

Com a conclusão da Transação, a Cemig GT deixou de ser titular de quaisquer ações de emissão da Renova Energia e, portanto, deixou de ser acionista da Renova Energia.

Como consequência da operação realizada pela CEMIG, o Conselho de Administração da Renova Energia, em reunião extraordinária realizada no dia 05 de maio de 2022, apreciou os pedidos de renúncia apresentados pelos conselheiros Srs. Douglas Braga Ferraz Oliveira Xavier e Antonio Carlos Veléz Braga e, ainda, do Presidente do Conselho de Administração Sr. Luiz Cruz Schneider.

Na mesma reunião, ficou consignado que o Sr. Geoffrey David Cleaver continua como membro do Conselho de Administração, mas como indicado pelo bloco de controle da Renova Energia e foram eleitos os Srs. Sergio Ros Brasil Pinto e Luiz Eduardo Bittencourt Freitas, nos termos do artigo 20 do Estatuto Social da Renova Energia. O Sr. Sergio Ros Brasil Pinto foi eleito Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social da Renova Energia.

#### 12.1.2 Sr. Ricardo Lopes Delneri

Conforme Fato Relevante divulgado em 06 de maio de 2022, o acionista Sr. Ricardo Lopes Delneri, em transação realizada anteriormente com os acionistas Renato Figueiredo do Amaral e Caetité Participações LTDA (nova denominação social de Caetité Participações S.A., CG II Participações S.A., CG II Fundo de Investimento), alienou a totalidade de suas ações detidas na Renova Energia, vinculadas ao Acordo de Acionistas, deixando de integrar o bloco de controle, de forma direta e indireta.

Nesse sentido e, considerando a conclusão da transação entre a Cemig GT e a AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, a composição acionária resumida da Renova Energia passará a ser da seguinte forma:

Renova Energia S.A.						
	Ações ON		Ações PN		Total de Ações	
<b>Bloco de Controle</b>	<b>26.356.007</b>	<b>47,47%</b>	-	0,00%	<b>26.356.007</b>	<b>24,07%</b>
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	27,22%	0	0,00%	15.115.371	13,81%
Caetité Participações	10.356.384	18,65%	-	0,75%	10.763.179	9,83%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	1,59%	-	0,00%	884.252	0,81%
<b>Outros Acionistas</b>	<b>29.165.861</b>	<b>52,53%</b>	<b>53.958.180</b>	<b>100,00%</b>	<b>83.124.041</b>	<b>75,93%</b>
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	-	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Renato do Amaral Figueiredo <sup>1</sup>	5.764.804	10,38%	5.548.741	10,28%	11.313.545	10,33%
Caetité Participações	-	0,00%	406.795	0,75%	406.795	0,37%
Spectra Volpi Fundo de Invest em Part Multiestratégia	1.712.178	3,08%	3.424.354	6,35%	5.136.532	4,69%
Bndespar	696.683	1,25%	1.393.366	2,58%	2.090.049	1,91%
Ricardo Lopes Delneri	7.215.870	13,00%	15.126.315	28,03%	22.342.185	20,41%
Outros	13.776.326	24,81%	28.058.609	52,00%	41.834.935	38,21%
<b>Total</b>	<b>55.521.868</b>	<b>100,00%</b>	<b>53.958.180</b>	<b>100,75%</b>	<b>109.480.048</b>	<b>100,37%</b>

<sup>1</sup> Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR

## 12.2 Venda de ativos

### 12.2.1 UPI Enerbras

Em 06 de junho de 2022 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da Unidade Produtiva Isolada (“UPI”) Enerbrás, nos termos previstos no Edital da referida UPI e no Plano de Recuperação Judicial do Grupo Renova. Pela transação, a controladora indireta Renova Energia transferiu a totalidade das ações ordinárias e preferenciais, escriturais e sem valor nominal de emissão da parte relaciona Enerbrás e indiretamente da ESPRA para a Monte Pascoal Holding S.A., uma sociedade investida da V2I Energia S.A., que possui como gestora a Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda (“Vinci”), pelo valor de R\$ 265.800.

O montante correspondente a 8% do preço (Parcela de Garantia – 3% e Parcela Diferida 5%) permanecerá reservado para eventuais ajustes de preço, dentro do prazo máximo de 06 meses, em decorrência de determinadas condicionantes previstas no Contrato de Compra e Venda.

Em 11 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia recebeu o montante de R\$29.606 referente a ajuste de preço pós fechamento e Parcela Diferida corrigida.

Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação foram destinados a (i) liquidação pela controladora indireta Renova Energia da dívida extraconcursal com o Banco BTG Pactual no valor de R\$ 228.124; (ii) Credores com Garantia Real; (iii) Credores Quirografários e (iv) despesas operacionais do Grupo Renova.

### 12.2.2 UPI Cordilheira dos Ventos

Conforme divulgado em Fato Relevante, a controladora indireta Renova Energia formalizou, em 27 de janeiro de 2022, a aceitação da proposta apresentada pela AES GF1 HOLDING S.A. (“AES GF1”), mediante a celebração de um contrato de compra e venda, para a alienação de determinados ativos e direitos do Complexo Cordilheira dos Ventos, constituído dos projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, localizados no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305MW.

Em 15 de março de 2022, o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo homologou o processo competitivo da UPI Cordilheira dos Ventos, declarando como vencedora a AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000, sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais de mercado para a sua conclusão. A controladora indireta Renova Energia fará jus ainda a um *earn out*, caso a AES venha a implantar uma capacidade superior a 305MW nas áreas compreendidas no Complexo.

Em 26 de julho de 2022 a controladora indireta Renova Energia concluiu a venda da referida UPI transferindo a totalidade das cotas sociais de emissão da controlada Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas LTDA à AES GF1, pelo valor de R\$ 42.000. Conforme determinado no plano de recuperação judicial, os valores obtidos com a transação serão destinados a (i) Credores com Garantia Real; (ii) Credores Quirografários e (iii) despesas operacionais do Grupo Renova.

### 12.3 Cronograma de implantação

Em 16 de dezembro de 2022 a controladora indireta Renova Energia informou que cumpriu, em 06 de dezembro de 2022, o Estágio 4 da implantação do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, com a entrada em operação comercial de 424,5 MWs, conforme previsto nos planos de Recuperação Judicial do Grupo Renova Energia. Os prazos dos Estágios 1, 2 e 3 também já haviam sido cumpridos pelo Grupo Renova Energia, em linha com o determinado no Plano de Recuperação, respectivamente em 10 de fevereiro, 06 de agosto e 05 de setembro de 2022.

### 12.4 Homologação aumento de capital da controladora indireta Renova Energia

Em 02 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a homologação parcial do aumento de capital social da controladora indireta Renova Energia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado em reunião de 29 de novembro de 2022, para capitalização de créditos detidos por credores do Grupo Renova Energia, de forma a efetivar o “6º Processo de Aumento de Capital e Conversão”, nos termos dos planos de recuperação judicial.

O aumento de capital da controladora indireta Renova Energia foi homologado com o valor de R\$ 31.297, representado por 5.336.210 novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 2.668.102 ações ordinárias e 2.668.108 ações preferenciais. Conseqüentemente, o capital social da controladora indireta Renova Energia passa a ser de R\$ 4.170.394, dividido em 249.483.956 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais. Esta capitalização representou uma diminuição do endividamento do Grupo Renova em R\$ 31.235.

### 12.5 Decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) sobre coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o STF julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva “coisa julgada” a favor dos contribuintes perdem seus efeitos se, depois, o STF tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade se, e quando, o STF entender em sentido contrário.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes concluiu que a decisão não resulta em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

## 12.6 Aditamento aos planos de recuperação judicial (acordo de Standstill)

Em 10 de dezembro de 2023, a controladora indireta Renova Energia informou aos acionistas e ao mercado em geral que, em razão da continuidade da negociação mantida no âmbito de sua recuperação judicial com os credores titulares de créditos com garantia real – classe II (“Credores com Garantia Real”), celebrou novos aditamentos ao seu plano de recuperação judicial e ao plano de recuperação judicial das sociedades que compõem o Alto Sertão III (em conjunto, os “Planos”), os quais foram protocolados nos autos da Recuperação Judicial em 08 de dezembro de 2023, havendo o compromisso da unanimidade dos Credores com Garantia Real no sentido de manifestarem sua adesão a tais aditamentos.

\* \* \*